



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 19/2014

Data da Reunião Ordinária – 28 de agosto de 2014

Início da Reunião 14.30 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Vice-Presidente: Daniel Freire da Encarnação Martins

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 28 de agosto de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Liga dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas - Tomada de Posição das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas sobre a aplicação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de Abril (7.10.6.8) -----

1.2 - ACES Médio Tejo - Centro de Saúde de Constância (7.10.6.8) -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 - Balancete -----

2.2 - Pagamentos -----

3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

3.1 - Centro Escolar de Montalvo - Suspensão do Prazo Contratual -----

4. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

4.1 - Auxílios Económicos para o 1.º CEB e Pré-Escolar - Ano Letivo 2014/2015 -----

4.2 - Acordo de Colaboração - Componente de Apoio à Família e Serviço de Refeições no Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo -----

4.3 - Refeições Escolares - 2014/2015 - Normas de Procedimento -----

4.4 - Refeições Escolares - 2014/2015 -----

4.5 - Normas de Funcionamento dos Centros de Tempos Livres do Concelho de Constância (7.9.4) -----

5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

5.1 - Sociedade Recreativa Portelense - Pedido de Troféu ou outro (7.1.4.2) -----

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 - Projeto de Investigação Histórica sobre a Caima -----

6.2 - Fornecimento de Documento do Arquivo Municipal de Constância para Utilização em Trabalhos e/ou Publicações de Terceiros -----

6.3 - Biblioteca Municipal Alexandre O' Neill - Oferta de Documento -----

6.4 - Centro de Formação Navegantes - Proposta de Protocolo -----

6.5 - Contrato de Comodato Estabelecido entre o Município de Constância e a Fundação CICO - Centro Internacional do Carrilhão e do Órgão - Proposta -----

7. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Constância, 28 de agosto de 2014

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Daniel Freire da Encarnação Martins)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Daniel Freire da Encarnação Martins, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

A Senhora Presidente não esteve presente por se encontrar de férias.-----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

*O Senhor Vice-Presidente fez uma breve explicação do teor da Adenda à ata da Comissão de Análise do Programa Viver Constância – Edição 2014, a qual se transcreve: “Informa-se que os valores indicados no anexo à ata denominada “Quadro III – Escalão e Percentagem da Comparticipação”, apresenta um erro no que respeita ao número de elementos do agregado do proprietário e arrendatário da candidata Leonor Gaspar (versão corrigida em anexo). Ou seja, ambos os agregados são constituídos apenas por um elemento, perfazendo um total de dois com um rendimento *per capita* de 1.817,14€.*-----

Com efeito, não existe lugar a alteração do resultado final uma vez que o rendimento se encontra fora dos escalões de apoio não havendo lugar a atribuição de apoio”.-----

Questão colocada pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista: “Circula em Montalvo uma informação à população sobre a intenção de demissão da Direcção da Associação Humanitária de Montalvo. Gostaria de saber se a Câmara Tem conhecimento, e, qual o ponto de situação sobre o projeto que a mesma Associação apresentou à TAGUS para ser aprovado”.-----

Intervenção do Senhor Vice-Presidente: “ É uma questão interna da Associação, a Câmara está sensível a este assunto e está acompanhar o processo. -----

A Câmara está em alerta, e em contato direto com os corpos gerentes em funções, no entanto a Associação comunicou a título informal que também não sabe, neste momento, se a obra se irá realizar”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. EXPEDIENTE-----

1.1 - LIGA DOS AMIGOS DOS HOSPITAIS DE ABRANTES, TOMAR E TORRES NOVAS: E-mail datado de 8 de agosto de 2014, enviando documento emitido pelas Direções das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas, sobre a Tomada de Posição das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas sobre a aplicação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de Abril. -----

1.2 - ACES MÉDIO TEJO - CENTRO DE SAÚDE DE CONSTÂNCIA: E-mail datado de 21 de agosto de 2014, informando da atual situação de funcionamento do Centro de Saúde de Constância. -----

-----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

2.1 - BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 27 de agosto de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 3.626,76 (três mil seiscentos e vinte seis euros e setenta e seis cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 572.637,01 (quinhentos e setenta e dois mil seiscentos e trinta e sete euros e um cêntimo); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 583.795,47 (quinhentos e oitenta e três mil setecentos e noventa e cinco euros e quarenta e sete cêntimos); **Em Documentos:** € 14.288,16 (catorze mil duzentos e oitenta e oito euros e dezasseis cêntimos); **TOTAL:** € 598.083,63 (quinhentos e noventa e oito mil oitenta e três euros e sessenta e três cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 447.034,70 (quatrocentos e quarenta e sete mil trinta e quatro euros e setenta cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 136.760,77 (cento e trinta e seis mil setecentos e sessenta euros e setenta e sete cêntimos). ---

2.2 - PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 11/08/2014 a 22/08/2014, na importância global de € 26.923,72 (vinte seis mil novecentos e vinte e três euros e setenta e dois cêntimos). -----

-----3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

3.1 - CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO - SUSPENSÃO DO PRAZO CONTRATUAL -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

INFORMAÇÃO DA DMST: “Tendo sido informado pelo representante do empreiteiro adjudicatário, “ALPESO - CONSTRUÇÕES, S.A.”, que a montagem e funcionamento do equipamento necessário à implantação do estaleiro da obra referenciada em epígrafe, está condicionada pela existência de uma linha aérea de média tensão e uma linha aérea de telecomunicações, que pela sua localização impossibilitam o início dos trabalhos da empreitada referida em epígrafe cumprindo as condições de segurança necessárias. -----

Tendo já a Câmara iniciado o processo da mudança das linhas em causa, junto das entidades competentes, venho, ao abrigo do artigo 365.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na qualidade de representante do dono da obra, solicitar a V. Ex. ^{as}, que autorizem a suspensão dos trabalhos por um período de 60 dias, com início a 22 de Agosto de 2014, data da consignação. -----

A suspensão deverá ser levantada antes do final deste prazo se verificarmos que cessaram os condicionalismos que estão na base da presente suspensão. Nessa data deverá já estar nomeada a equipa responsável pela fiscalização, para que os trabalhos se iniciem e sejam fiscalizados nos termos da lei.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a suspensão do prazo contratual – Centro Escolar de Montalvo. -----

4. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

4.1 - AUXÍLIOS ECONÓMICOS PARA O 1.º CEB E PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2014/2015-----

INFORMAÇÃO: “Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio no âmbito da Ação Social Escolar destinada aos alunos do 1º CEB provenientes de agregados familiares financeiramente carenciados. -----

O escalão dos auxílios económicos, no âmbito da ação social escolar é designado pelo posicionamento de cada agregado na atribuição do abono de família¹, de acordo com o despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto, o qual é retificado no início de cada ano escolar com a revisão de valores a atribuir por escalão, quer para as refeições, quer para a comparticipação a atribuir para a aquisição de livros e material escolar. -----

Neste quadro, e por uma questão de equidade, pretende-se, no ano letivo 2014/2015, atribuir uma comparticipação familiar pela utilização do serviço de refeições às crianças em estabelecimentos de educação pré-escolar no Agrupamento de Escolas de Constância, seguindo a mesma orientação de atribuição aplicada aos alunos do 1º CEB, ou seja,

¹ O abono de família é atribuído a crianças e jovens inseridos em agregados familiares cujos rendimentos de referência não sejam superiores a uma vez o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), que para 2013 tem o valor de €419,22. No caso dos auxílios económicos para o 1º CEB, o 1º e 2º escalão do abono de família corresponde ao escalão A e B respetivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

comparticipação a 100% para as crianças com escalão 1 de abono de família e 50% para as crianças com escalão 2 de abono de família. -----

Assim, para a atribuição dos escalões de auxílios económicos em que cada agregado se encontra, sugere-se que sejam adotadas as medidas consideradas para o posicionamento destas nos escalões de rendimento para a atribuição de abono de família, tal como considerado nos anos letivos transatos, para além da análise social de agregados sinalizados no âmbito do Grupo de Trabalho “Constância Social”, onde têm assento os diversos técnicos das várias entidades/ instituições de carácter social, que operam no concelho de Constância.

Deverão ainda ser consideradas as transferências de crianças a frequentar a educação pré-escolar e de alunos do 1º CEB, para o Agrupamento de Escolas de Constância, sempre que tal se verifique, como previsto no n.º 3, do artigo 7º do despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto. -----

Prevê-se que o número de candidaturas da educação pré-escolar seja cerca de 40 crianças, e do 1º CEB cerca de 60. -----

Salvaguarda-se a análise de qualquer reclamação/exposição, que eventualmente possa surgir após comunicação aos interessados, dos escalões atribuídos para as devidas participações, podendo o número de alunos apoiados ser alterado.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os auxílios económicos para o 1.º CEB e Pré-Escolar – Ano Letivo 2014/2015. -----

4.2 - ACORDO DE COLABORAÇÃO - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO -----

INFORMAÇÃO: “A Educação é para esta autarquia, um dos seus eixos de intervenção prioritária. Tal importância justifica-se, pois consideramos que é a trave mestra do desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, permitindo-lhes que se tornem cidadãos atentos, esclarecidos e participativos, com capacidade para vencerem os desafios da vida. -----

Deste modo e na sequência do acordo estabelecido entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal de Constância, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-escolar, nomeadamente na componente de apoio à família (serviço de refeições e prolongamento de horário) e de acordo com a cláusula III do referido acordo de cooperação tendo em vista o melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais disponíveis, urge realizar novo acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Constância o Agrupamento de Escolas de Constância e a Associação “Os Quatro Cantos do Cisne”, adequado às novas exigências da realidade escolar. -----

Assim, junto se anexa a proposta de novo acordo de colaboração na sequência da sua elaboração e aprovação por parte dos parceiros: Câmara Municipal de Constância, Agrupamento de Escolas de Constância e Associação “Os Quatro Cantos do Cisne”. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de colaboração. -----

4.3 - REFEIÇÕES ESCOLARES - 2014/2015 - NORMAS DE PROCEDIMENTO -----

INFORMAÇÃO: “O fornecimento do serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar da rede pública do concelho, visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, a satisfação de carências alimentares básicas e representa uma aposta na melhoria da qualidade do ensino, refletindo-se de forma positiva ao nível do absentismo escolar. -----

Assim, e considerando o necessário planeamento e organização do fornecimento de refeições escolares para o próximo ano letivo 2014/2015, coloca-se à consideração superior as normas de procedimento que abaixo se indicam. -----

-----NORMAS DE PROCEDIMENTO-----

-----REFEIÇÕES ESCOLARES 2014/2015-----

-----DISPOSIÇÕES GERAIS-----

É objetivo da Câmara Municipal de Constância definir e clarificar os procedimentos no âmbito das refeições escolares. -----

-----NORMAS DE APLICAÇÃO-----

-----1-Condições de acesso-----

a) Destinatários -----

Todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e jardins-de-infância da rede pública. A candidatura ao apoio para comparticipação da Câmara Municipal no preço da refeição obedece aos mesmos critérios e prazos de candidatura dos auxílios económicos-ação social escolar; -----

-----2- Preços das Refeições e Lanches-----

a) – Preços no período letivo -----

(despacho nº18987/2009 publicado no DR, 2ª série,nº158, de 17 de Agosto de 2009) -----

No ano letivo de 2014/2015, o preço das refeições é de 1,46€ (um euro e quarenta e seis centimos), os alunos aos quais será atribuído o escalão B da Ação Social Escolar apenas pagam metade do valor da refeição, ou seja, 0,73€ (setenta e três centimos), sendo a diferença com o preço estabelecido para a refeição suportada pelo Município. O preço da



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Refeição dos alunos aos quais será atribuído o escalão A da Ação Social Escolar é suportado na íntegra pelo Município. De salientar que os valores mencionados poderão ser objeto de atualização, através de Despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. -----

Face ao exposto e considerando a informação 75/2014, que sugere a atribuição de auxílios económicos para o pré-escolar e 1º ciclo, e caso a mesma seja aprovada pelo executivo camarário sugere-se que os preços a aplicar sejam os acima mencionados para estes dois níveis de ensino no período letivo. Relativamente à possibilidade de fornecimento de lanches, sugere-se que se mantenha o valor aplicado em anos transatos por outras empresas, num valor de €0,65 (período letivo e não letivo). -----

Pré-escolar e 1º ciclo	
Período letivo - preços	
Almoços	
Sem escalão	€ 1,46
Escalão A	€ 0,00 ¹
Escalão B	€ 0,73 ²
Lanche	€ 0,65

¹- Comparticipação de ação social escolar 100% pela autarquia.

²- Comparticipação de ação social escolar 50% (€0,73) pela autarquia.

Preços - Adultos	
Almoços	
Refeição adultos	€ 4,10

O valor refeição adultos é baseado no artigo 2º., ponto 1 do despacho nº 421/2012 do Ministério das Finanças de 4 de setembro de 2012. -----

b) – Preços no período não letivo -----

O valor refeição é de €1,98 e o valor lanche de €0,65. -----

Pré-escolar e 1º ciclo	
Período NÃO letivo - preços	
Almoços	
Sem escalão/ Esc. A e B	€ 1,98
Lanche	€ 0,65

Preços - Adultos	
Almoços	
Refeição adultos	€ 4,10

-----3 - Funcionamento dos Refeitórios Escolares-----

a) Datas de funcionamento -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

O refeitório escolar encontra-se aberto de 1 de setembro de 2014 a 31 de julho de 2015. -----

b) Senhas de almoço -----

- 1) As senhas de almoço, deverão ser requeridas e pagas aos técnicos responsáveis, até às 18h da quinta-feira da semana anterior. Não sendo fornecidas refeições a alunos que tenham pagamentos em atraso; -----
- 2) Se por motivo inadiável a criança não puder almoçar e o (a) Encarregado(a) de Educação avisar até 10 horas do dia anterior, o técnico responsável poderá recuperar a senha para a semana seguinte (deverá avisar o técnico responsável). A não comunicação da falta implica o não reembolso do pagamento efetuado; -----
- 3) Quando a criança necessitar de almoçar algum dia na semana para o qual não tenha previamente adquirido a senha, poderá o (a) encarregado(a) de educação solicitá-la ao técnico responsável, no dia anterior até às 16h30 ou no próprio dia até às 9h30, mediante pagamento de mais €0,30. -----

c) Supervisão -----

A supervisão diária do serviço de refeição é da responsabilidade da Câmara Municipal de Constância, em colaboração com o órgão de gestão do estabelecimento de ensino, e com a associação “Os Quatro Cantos do Cisne”, pelo que qualquer reclamação deverá ser comunicada no estabelecimento de ensino e posteriormente encaminhada para o Município de Constância. -----

d) Segurança Alimentar -----

O processo de preparação, transformação e distribuição de refeições obedece a regras de higiene e segurança alimentar definidas por lei, considerando que a adjudicação é efetuada a uma empresa com a certificação necessária. -----

4- Outras situações -----

Todos os casos que não se encontram previstos no presente documento, serão analisados caso a caso.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de procedimento. -----

4.4 - REFEIÇÕES ESCOLARES - 2014/2015 -----

INFORMAÇÃO: “Considerando que no próximo ano letivo o serviço de refeições será contratualizado por esta autarquia existem algumas questões que carecem de reflexão e decisão superior para determinar os procedimentos e preços a aplicar e posterior informação aos pais e encarregados de educação, nomeadamente: -----

Preços das refeições: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Período letivo - preços	
Sem escalão	€ 1,46
Escalão A	€ 0,00 ¹
Escalão B	€ 0,73 ²

No ano letivo de 2014/2015, o preço das refeições é de 1,46€ (um euro e quarenta e seis cêntimos), os alunos aos quais será atribuído o escalão B da Ação Social Escolar apenas pagam metade do valor da refeição, ou seja, 0,73€ (setenta e três cêntimos), sendo a diferença com o preço estabelecido para a refeição suportada pelo Município. O preço da Refeição dos alunos aos quais será atribuído o escalão A da Ação Social Escolar é suportado na íntegra pelo Município. De salientar que os valores mencionados poderão ser objeto de atualização, através de Despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. -----

Face ao exposto e considerando a informação 75/2014 deste gabinete existirão auxílios económicos para o pré-escolar e 1º ciclo, pelo que se sugere que os preços a aplicar sejam os acima mencionados para estes dois níveis de ensino. Relativamente à possibilidade de fornecimento de lanches, sugere-se que se mantenha o valor aplicado em anos transatos por outras empresas, num valor de €0,65 (período letivo e não letivo). -----

Sugere-se ainda que exista fornecimento de refeições de **1 de setembro de 2014 a 31 de julho de 2015**, existindo assim oferta deste serviço para os (as) alunos(as) no período letivo e não letivo de forma a apoiar as famílias do concelho. -----

Relativamente aos preços a aplicar no período não letivo sugere-se que o valor refeição seja de €1,98 (tendo sido em anos transatos de €2,50), ou seja, o valor refeição €1,46 + €0,52 (correspondente à comparticipação do ME que não se aplica no período não letivo) e o valor lanche de €0,65. -----

Face às novas dinâmicas a implementar e ao trabalho de parceria com a associação “os Quatro Cantos do Cisne” e o Agrupamento de Escolas de Constância, sugere-se que seja enviada a documentação em anexo para uma operacionalização a 1 de setembro sem percalços, bem como prestada a informação aos pais e encarregados de educação relativamente aos procedimentos e preços constantes no documento orientador também em anexo, caso V. Exa concorde com o teor do mesmo. -----

No que concerne à inscrição dos pais e encarregados de educação no serviço de refeições, sugere-se que a mesma seja efetuada nos mesmos moldes dos anos transatos existindo partilha de dados e informações com a entidade parceira associação “Os Quatro Cantos do Cisne”. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os preços das refeições escolares – 2014/2015. -----

4.5 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TEMPOS LIVRES DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA -----

INFORMAÇÃO: “As normas de funcionamento dos Centros de Tempos Livres de Constância, Montalvo e do Centro Escolar de Santa Margarida pretendem estabelecer as normas e procedimentos dos CTL’s do concelho sendo na generalidade iguais, com exceção de especificidades pontuais, designadamente a indicação dos locais de funcionamento. -----

Urge informar que estas normas: -----

- a) estão de acordo com o preconizado na Lei-Quadro (Lei 5/97 de 10 de Fevereiro) que consigna os objetivos da educação pré-escolar e prevê que, para além dos períodos específicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas , curriculares ou letivas, existem atividades de animação e apoio às famílias, de acordo com as necessidades destas (artigo 12º) e salvaguardando a qualidade educativa de todo o tempo de atendimento; -----
- b) todas as atividades desenvolvidas no âmbito das CAF do pré-escolar se desenvolvem ainda de acordo com o Decreto lei nº147/97, de 11 de junho – artigo 12º; -----
- c) estão de acordo com as orientações/legislação do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, nomeadamente o despacho normativo 75/92 de 23 de abril e o decreto lei 119/83 de 25 de fevereiro; -----
- d) respondem às necessidades das famílias, tendo em atenção a equidade e a justiça social nomeadamente no cálculo das comparticipações das famílias (de acordo com a circular nº3/97 da DGAS). -----

Face ao exposto, as referidas normas respeitam a legislação em vigor e a resposta às necessidades das famílias e o superior interesse das crianças, pelo que se anexam as mesmas.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de Funcionamento dos Centros de tempos Livres do Concelho de Constância. -----

-----5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

5.1 - SOCIEDADE RECREATIVA PORTELENSE: E-mail datado de 10 de Agosto de 2014, solicitando a atribuição de um troféu ou outro, para premiar os participantes do Convívio de Pesca no Açude de Santa Margarida, que se irá realizar no dia 14 de setembro do corrente ano. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

INFORMAÇÃO: “Solicita a Sociedade Recreativa Portelense a oferta de um Troféu ou outro, para atribuição aos concorrentes participantes no Convívio de Pesca que aquela Coletividade vai realizar no Açude de Santa Margarida no dia 14 de setembro próximo.

Assim, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância, informo que estão reunidas as condições para o efetivo apoio por parte da Câmara Municipal.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um troféu. -----

-----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

6.1 - PROJETO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A CAIMA -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da comunicação rececionada n.º de registo 6513, de 23 de julho de 2014 (em anexo), solicitando apoio na execução de projeto de investigação histórica sobre a génese e evolução da Caima e; -----

Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico define, no n.º 1 do artigo 33.º alíneas t), u) e zz), que é competência da Câmara Municipal: -----

- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município; -----

- u) Apoiar atividade de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; -----

- zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município. -----

Considerando que o Regulamento do Arquivo Municipal de Constância, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 81, de 27 de Abril de 2009, estabelece no artigo 5.º, que são competência do Arquivo Municipal de Constância: -----

- A recolha e ou tratamento dos arquivos e conjuntos documentais pertencentes a outras entidades do concelho de Constância com interesse histórico, patrimonial, arquivístico e ou informativo, desde que solicitado para esses efeitos; -----

- Dar apoio técnico e arquivístico a entidades que o solicitem, nas diferentes matérias que se prendem com a criação, organização, gestão documental, preservação e acesso aos seus arquivos; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

- Promoção e divulgação de todo o património documental do concelho de Constância, tanto a nível nacional como internacional. -----

Considerando que o projeto proposto tem um enorme potencial social, cultural, patrimonial e historiográfico dada a longevidade da empresa, cujas origens remontam ao período da monarquia constitucional, no ano de 1898 no concelho de Albergaria-a-velha, tendo-se adaptado e sobrevivido às inúmeras vicissitudes próprias dos períodos, regimes políticos e contextos socioeconómicos que se lhe seguiram: a 1.ª República, a Ditadura Militar e, por fim, a Democracia e que no final da década de 50 do século passado, portanto em plena Ditadura Militar, a Caima se instalou em Constância, o que foi interpretado pelo Executivo de então como "... uma divindade" e cujo investimento foi referenciado pelo Ministro da Economia da altura, Eng.º Ferreira Dias, como um dos principais investimentos económicos de relevo a nível nacional. -----

Considerando que a execução de um projeto desta natureza poderá contribuir para: -----

- fomentar investigações e produção de conteúdos nas áreas das ciências sociais, humanas e do património histórico, cultural e documental; -----

- valorizar e promover a história e identidade local proporcionando uma melhor compreensão do quadro evolutivo da comunidade constanciense; -----

- sensibilizar a comunidade para a relevância social da proteção e salvaguarda do património arquivístico promovendo a documentação custodiada pelo Arquivo Municipal. -----

Posto isto, propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que se possa aceder, favoravelmente, à pretensão requerida. -----

A ser, eventualmente, aceite a presente proposta mais se propõem que possa vir a ser protocolado com o requerente o modelo de colaboração, participação e envolvimento dos serviços municipais, enquanto garante do equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado." -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a pretensão requerida, bem como, protocolar com o requerente o modelo de colaboração, participação e envolvimento dos serviços municipais, enquanto garante do equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado. ---

6.2 - FORNECIMENTO DE DOCUMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA PARA UTILIZAÇÃO EM TRABALHOS E/OU PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS -----

INFORMAÇÃO: "No seguimento da comunicação n.º de registo 6845, datada de 05-08-2014 (em anexo), solicitando o fornecimento de cópia digital de documento/fotografia da Coleção de Fotografias Antigas – Constância a Preto e Branco, com o código de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

referência PT/AMCTC/CTCAPB/C-001/0001/00049, disponível em: <http://arquivo.cm-constancia.pt/details?id=982412>, cumpre informar que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento do Arquivo Municipal de Constância (em anexo): -----

1 - A reprodução de documentos existentes no AMC em publicações ou outros trabalhos de terceiros carece de autorização prévia da Câmara Municipal. -----

2 - Todo o utilizador que publicar trabalhos em que figurem informações ou documentos existentes no AMC, deverá fornecer gratuitamente duas cópias dos respetivos estudos, ao Arquivo Municipal, bem como a referenciar neles os documentos consultados. -----

Considerando o previsto nos números anteriores propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o fornecimento requerido possa ser autorizado mediante deliberação, favorável, a tomar em reunião da Câmara Municipal. -----

A ser, eventualmente, aprovado o fornecimento mais se propõem que se possa informar o requerente das condições expressas no n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento do Arquivo Municipal de Constância. -----

Mais se informar que o documento / fotografia requerida foi cedido para transferência de suporte (vulgo digitalização) e publicação no Portal do Arquivo Municipal de Constância pelo Prof. José Maria Horta Silves Alves da Luz, o qual acedeu, favoravelmente, à pretensão apresentada pelo requerente, tal como expresso no documento em anexo.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o fornecimento de documento do arquivo municipal de Constância para utilização em trabalhos e / ou publicações de terceiros. -----

6.3 - BIBLIOTECA MUNICIPAL ALEXANDRE O' NEILL - OFERTA DE DOCUMENTO -----

INFORMAÇÃO: “Cumprir informar que foi ofertado, pela Senhora Maria Isabel Abreu Gonçalves Moleiro, à Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill a publicação monográfica intitulada “Grandes Enigmas do Homem”, constituída por 6 volumes. Mais se informa que a ofertante tomou conhecimento e aceitou as condições expressas na Declaração de Aceitação das Condições de Oferta de Documentos em anexo, n.º de registo 7126, de 19-08-2014.

Considerando os imperativos legais definidos na alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, cumpre informar que **é competência da Câmara Municipal “aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário”**. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

Posto isto, propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o assunto possa ser reencaminhado para Reunião do Órgão Executivo, com vista a que a Câmara Municipal possa deliberar, favoravelmente, a aceitação da oferta, pois da mesma não decorrem quaisquer encargos financeiros. Mais se acrescenta que considerando o teor documental ofertado, o mesmo é uma mais-valia para o enriquecimento da coleção da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

A ser deliberada, favoravelmente, a aceitação da oferta, igualmente se propõem, que se possa encaminhar a instrução do processo junto do Serviço de Património da edilidade com o objetivo de acrescentar ao inventário/património da edilidade o documento identificado, estimando-se um valor de mercado de 20,00€.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, a aceitação da oferta. -----

6.4 - CENTRO DE FORMAÇÃO NAVEGANTES - PROPOSTA DE PROTOCOLO

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “O CENTRO DE FORMAÇÃO NAVEGANTES foi criado tendo em conta o plano de reestruturação da Escola Superior de Educação de Torres Novas, visando assegurar condições para que a inovação pedagógica e científica seja sempre uma realidade no território que abrange. -----

A proposta de protocolo que se anexa a esta informação tem como objetivo estreitar a relação entre a empresa e a Câmara Municipal de Constância, com base nos seguintes termos: -----

- 1 – Divulgação por parte da CMC de Formações desenvolvidas pela CFN; -----
- 2 – Envolver a CMC em candidaturas a fundos para a realização e formações, concretamente na área da Educação e Social, ministrando para instituições locais e quadros da CMC ações de formação totalmente gratuitas; -----
- 3 – Trata-se de mais um vínculo ao Ensino Superior, que considero que a CMC deverá sempre valorizar, desde que dentro dos objetivos de ambos. -----

Neste sentido, proponho a aprovação da proposta de protocolo conforme anexo.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo. -----

6.5 - CONTRATO DE COMODATO ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA E A FUNDAÇÃO CICO - CENTRO INTERNACIONAL DO CARRILHÃO E DO ÓRGÃO

PROPOSTA DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Em 18 de maio de 2010, entre o Município de Constância e a Fundação CICO – Centro Internacional do Carrilhão e do Órgão, foi celebrado um Contrato de Comodato para constituição da sua sede no Concelho



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

de Constância e desenvolvimento do seu objetivo social de divulgação da cultura e expressão artística, mais concretamente da expressão musical; -----

a) Reconhecendo ser diminuto o espaço cedido à Fundação CICO para desenvolvimento dos objetivos a que a Fundação se propõe no Concelho de Constância, bem como a vigência do atual acordo; -----

b) Considerando o facto de ter sido alterada a designação social de Fundação CICO – Centro Internacional do Carrilhão e do órgão para Associação CICO – Centro Internacional do Carrilhão e do Órgão, assim como o número de pessoa coletiva que passou a ser o número 509877990; -----

c) Considerando que a CICO não tem um espaço fixo para ensaio dos alunos, sendo uma atividade crucial da dinâmica diária da associação; -----

d) Considerando que a CICO tem contemplado um espaço/sala no antigo centro de empresas de Constância conforme protocolo vigente que se anexa; -----

e) Considerando que a CICO teve a comunicação recente de aprovação e um projeto remetido à TAGUS – Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior, para aquisição de um carrilhão móvel, e a dinâmica e envolvimento terá que ser garantida nos próximos anos; -----

f) Considerando a permanente disponibilidade da Associação CICO a quando a CMC solicita espetáculos e participações musicais (e não só), concretizada em inúmeros espetáculos nos mais variados eventos; -----

g) Considerando que o modelo acordo e cedência de espaços que a CMC tem desenvolvido com as restantes associações do concelho é numa base de Contrato Comodato, -----
Proponho a revogação do referido contrato de Comodato em ----, estabelecendo-se entre as partes um novo acordo, de harmonia com a proposta de Contrato Comodato a seguir identificado e que ora se coloca à aprovação do Executivo Municipal: -----

“CONTRATO COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA E A ASSOCIAÇÃO CICO – CENTRO INTERNACIONAL DO CARRILHÃO E DO ÓRGÃO”

Considerando que as atividades inerentes ao objeto social da Associação CICO – Centro Internacional do Carrilhão e do Órgão assumem um relevo cultural significativo, com méritos assentes na divulgação e fomento da expressão artística e musical; -----

Considerando que a Associação CICO pretende manter a sua sede no Concelho de Constância, onde continuará a desenvolver primordialmente o seu objeto social; -----

Considerando que as atividades da Associação CICO se revestem de interesse municipal, por serem um importante meio de divulgação da cultura e expressão artística, em concreto da



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

expressão musical, junto da população do concelho de Constância e, em particular, junto da comunidade escolar do concelho; -----

Considerando que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poderá apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; -----

Entre o MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, adiante designado primeiro outorgante, pessoa coletiva n.º 506826546, com morada em Estrada Nacional 3, n.º 13, Apartado 46, 2250-909 Constância, representado pela Presidente da Câmara Municipal de Constância, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, -----

E -----
a ASSOCIAÇÃO CICO – CENTRO INTERNACIONAL DO ÓRGÃO E DO CARRILHÃO, adiante designada segundo outorgante, pessoa coletiva n.º 509268510, com sede na Rua Luís de Camões, n.º 9- sala 8, 2250-066 Constância, representada pelo Presidente da Direção, Alberto de Oliveira Alves Elias, -----

é celebrado o presente contrato, que se rege pelo disposto nas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----

Objeto -----

O presente protocolo determina o enquadramento geral do processo de divulgação da cultura e expressão artística, mais concretamente da expressão musical, junto da população do concelho de Constância e, em particular, junto da comunidade escolar do referido concelho.

CLÁUSULA SEGUNDA -----

Localização e cedência do espaço -----

1 – O primeiro outorgante cede ao segundo outorgante, a título gratuito, as seguintes salas localizadas no prédio urbano (antigo edifício dos Paços do Concelho), sito na Rua Luís de Camões, n.º 9, na Vila, Freguesia e Concelho de Constância: -----

A sala número sete, com a área de 36 m2, localizada no primeiro piso do prédio; -----
e -----

a sala número oito, com a área de 40 m2, localizada no segundo piso do prédio. -----

2 – As salas cedidas pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante serão destinadas à constituição da sede da segunda outorgante, sendo aí exclusivamente desenvolvidas as atividades diretamente relacionadas com a administração e gestão da instituição. -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

Obrigações do primeiro outorgante -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

O primeiro outorgante compromete-se a assegurar os encargos com o fornecimento de água e eletricidade do edifício onde estão localizadas as 2 (duas) salas, bem como a manutenção do edifício. -----

CLÁUSULA QUARTA -----

Obrigações do segundo outorgante -----

O segundo outorgante compromete-se a: -----

- a) Zelar pelo bom funcionamento das salas cedidas; -----
- b) Organizar atividades de promoção e divulgação da música no concelho de Constância. ----
- c) Sem prejuízo dos próprios agendamentos, prestar toda a colaboração, sempre que solicitada, aos serviços da Câmara Municipal de Constância relativamente a eventos / iniciativas por ela realizadas ou participadas, mediante aviso prévio de 60 dias. -----
- d) Realizar 3 espetáculos anuais, em local e data indicados pelo Primeiro Outorgante, com antecedência mínima de trinta (30) dias; -----
- e) Manter os espaços que foram cedidos em boas condições de higiene; -----

CLÁUSULA QUINTA -----

Vigência -----

O presente contrato é válido por 5 (cinco) anos, e considera-se automaticamente renovado por iguais períodos se não for denunciado, por qualquer uma das partes, até 60 dias antes do seu termo, mediante carta registada com aviso de receção remetida para as moradas constantes no presente protocolo. -----

CLÁUSULA SEXTA -----

Entrada em vigor -----

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o contrato de comodato entre o Município de Constância e a Associação CICO – Centro Internacional do Carrilhão e do Órgão. -----

-----7. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----


-----8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----



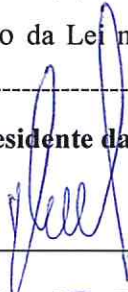
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 19/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-08-2014

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente e por mim , Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

O Vice-Presidente da Câmara,



A Coordenadora Técnica,

